



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ

SELEÇÃO PÚBLICA PARA O I PROGRAMA DE RESIDÊNCIA JURÍDICA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ

Residência Jurídica

Informações

- Este caderno é composto de **16 PÁGINAS**, contendo **SESSENTA** questões objetivas e **DUAS** questões discursivas.
- **NÃO** abra o caderno antes de receber autorização do(a) fiscal de sala.

Instruções Gerais

- **VERIFIQUE** se as seguintes informações estão corretas no cartão de respostas: nome, identidade (RG / CPF) e número de inscrição. Se houver erro, comunique ao(à) fiscal.
- Nada deve ser escrito ou registrado no cartão de respostas, além de sua assinatura e da marcação das respostas. Para isso, use **APENAS** caneta de corpo transparente, azul ou preta.
- Após ler as questões e escolher a alternativa, cubra **TOTALMENTE** o espaço que corresponde à letra a ser assinalada no cartão de respostas.
- As respostas em que houver falta de nitidez ou marcação de mais de uma letra **NÃO** serão registradas, não pontuando para o(a) candidato(a).
- O cartão de respostas **NÃO** pode ser dobrado, amassado, rasurado ou manchado.
- **NÃO** haverá substituição do cartão de respostas.

Caderno de Questões

- Ao receber autorização para abrir este caderno, verifique se a impressão, a paginação e a numeração das questões estão corretas. Caso observe qualquer erro, comunique **IMEDIATAMENTE** ao(à) fiscal.
- O tempo disponível para fazer a prova (1ª e 2ª Etapas) e preencher o cartão de respostas é de **CINCO HORAS**. Nada mais poderá ser registrado após o término desse prazo.
- Ao terminar a prova (1ª e 2ª Etapas) e a marcação do cartão de respostas, **ENTREGUE** ao(à) fiscal este caderno, o cartão de respostas e as folhas de respostas definitivas às questões discursivas.
- Nas salas de provas, os(as) candidatos(as) **NÃO** poderão usar relógio digital, boné ou óculos escuros, nem portar arma de fogo, fumar e utilizar corretores ortográficos.
- Será eliminado da Seleção Pública o(a) candidato(a) que, durante a prova (1ª e 2ª Etapas), **UTILIZAR** qualquer meio de obtenção de informações, eletrônico ou não.
- Será também **ELIMINADO(A)** o(a) candidato(a) que se ausentar da sala levando consigo qualquer material de prova sem autorização da Coordenação da Seleção Pública.
- O(a) candidato(a) que desejar levar este caderno **SOMENTE** poderá se ausentar da sala de provas meia hora antes do horário previsto para seu término.
- Leia e siga atentamente as instruções constantes na página **14** deste caderno, com relação às questões discursivas.

CONHECIMENTOS GERAIS

1. Segundo o Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, o alfabeto da língua portuguesa é formado por vinte e seis letras, incluídas as letras K, W e Y. Em relação a essas letras, marque a alternativa **INCORRETA**.

- a) Utilizam-se essas letras na grafia de antropônimos originários de outras línguas e seus derivados: Kant, kantismo; Darwin, darwinismo; e Byron, byroniano.
- b) Utilizam-se essas letras na grafia de topônimos originários de outras línguas e seus derivados, como Kuwait, kuwaitiano; e Malawi, malawiano.
- c) São utilizadas em unidades de medida e símbolos químicos de uso internacional: K-potássio; kg-quilograma; km-quilômetro; e kW-kilowatt.
- d) A pronúncia correta dessas letras é K-capa ou cá; W-dáblio; e Y-ípsilon.
- e) A presença das letras K, W e Y no alfabeto de língua portuguesa significa que podem ser usadas em todas as palavras da língua portuguesa, sem regras que definam os critérios de sua utilização.

2. Segundo o Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa e em relação aos ditongos, marque a alternativa **CORRETA**.

- a) Na língua portuguesa todos os ditongos são, obrigatoriamente, decrescentes, como nas palavras farnéis, ilhéu e endeusar.
- b) Na língua portuguesa todos os ditongos são, obrigatoriamente, tônicos.
- c) A língua portuguesa admite a existência de ditongos crescentes, como nas palavras calúnia, mágoa e espécie.
- d) Não existem ditongos nasais na língua portuguesa.
- e) Os ditongos nasais são, obrigatoriamente, átonos.

3. Marque a alternativa **CORRETA** quanto à concordância verbal.

- a) Devem fazer vinte anos que ele morreu.
- b) Aluga-se apartamentos.
- c) Vínhamos da missa ele, a mãe e eu.
- d) Um centésimo dos políticos são honestos.
- e) Vossa Excelência podeis assinar o documento.

4. Nas orações que formam o seguinte período composto "Dá a César o que é de César e a Deus o que é de Deus", tem-se respectivamente sujeitos:

- a) Composto e inexistente
- b) Inexistente e elíptico
- c) Desinencial e elíptico
- d) Indeterminado e inexistente
- e) Simples e composto

5. No Versículo "Mulheres de Jerusalém, não chorem por mim, mas por **vocês** e pelos seus filhos!" (Mateus,

27:29), o termo destacado tem função:

- a) Catafórica
- b) Elíptica
- c) Anafórica
- d) Catacrética
- e) Eufêmica

6. No que se refere à Resolução CNJ n. 376, de 2 de março de 2021, é **VERDADEIRO** afirmar que:

- a) Determina que todos os ramos e unidades do Poder Judiciário deverão adotar a obrigatoriedade da designação de gênero para nomear profissão ou demais designações na comunicação social e institucional do Poder Judiciário nacional.
- b) Altera a Resolução CNJ n. 345/2020, que dispõe sobre o "Juízo 100% Digital".
- c) Determina que a designação distintiva de gênero não se aplica aos transgêneros, proibindo a utilização de seus respectivos nomes sociais.
- d) Recomenda que as unidades judiciárias dos Tribunais adotem a designação de gênero para nomear profissão ou demais designações na comunicação social e institucional do Poder Judiciário nacional.
- e) Determina que o Poder Judiciário nacional, em todas as suas unidades e ramos, deverá substituir a designação distintiva de gênero quando em referência a cargos da magistratura, utilizando apenas a expressão magistrado ou magistrados para se referir a juizes, juízas, desembargadores e desembargadoras, sem distinção.

7. Com relação às comunicações oficiais e considerando o disposto no Manual de Redação da Presidência da República, marque a alternativa **CORRETA**.

- a) Na identificação do signatário e quando da necessidade de utilização dos termos interino e substituto, esses termos devem ser utilizados depois do nome do cargo, sem hífen, sem vírgula e em minúsculo.
- b) Na identificação do signatário, o cargo ocupado por pessoa do sexo feminino não deve ser flexionado no gênero feminino.
- c) Na hipótese de comunicação com particular, o vocativo deve ser, obrigatoriamente, Prezado Senhor ou Prezada Senhora.
- d) No vocativo de comunicações oficiais, podem ser utilizadas as expressões Digníssimo (DD), Ilustríssimo (Ilmo.) e Doutor (Dr.), independente do cargo ocupado pela autoridade.
- e) O signatário de uma comunicação oficial é a pessoa a quem o documento se destina.

8. Analise as alternativas abaixo e marque a única que **NÃO** pertence ao eixo Articulação Interinstitucional e Social, do Pacto Nacional do Judiciário pela Linguagem Simples.

- a) Compartilhamento de boas práticas e recursos de linguagem simples.
 - b) Criação de programas de treinamento conjunto de servidores para promoção de comunicação simples, acessível e direta.
 - c) Estabelecimento de parcerias com universidades, veículos de comunicação ou influenciadores digitais para cooperação técnica e desenvolvimento de protocolos de simplificação da linguagem.
 - d) Fomento da colaboração da sociedade civil, das instituições governamentais ou não, da academia, para promover a linguagem simples em documentos.
 - e) Criação de manuais e guias para orientar os cidadãos sobre o significado das expressões técnicas indispensáveis nos textos jurídicos.
9. De acordo com a Resolução n. 376, de 02 de março de 2021, do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, é **INCORRETO** afirmar:
- a) Todos os ramos e unidades do Poder Judiciário deverão adotar a obrigatoriedade da designação de gênero para nomear profissão ou demais designações na comunicação social e institucional do Poder Judiciário nacional.
 - b) A regra mencionada na alternativa ‘a’, desta questão, também se refere às carteiras de identidade funcionais, documentos oficiais, placas de identificação de setores, dentre outros.
 - c) A designação distintiva referida na resolução não se aplica à identidade de gênero dos transgêneros, bem como à utilização de seus respectivos nomes sociais.
 - d) O Poder Judiciário nacional, em todas as suas unidades e ramos, deverá adotar a designação distintiva para todas e todos integrantes, incluindo desembargadores e desembargadoras, juízes e juízas, servidores e servidoras, assessores e assessoras, terceirizados e terceirizadas, estagiários e estagiárias.
 - e) O Poder Judiciário nacional, em todas as suas unidades e ramos, deverá adotar a designação distintiva para todas e todos integrantes, incluindo desembargadores e desembargadoras, juízes e juízas, servidores e servidoras, assessores e assessoras, terceirizados e terceirizadas, estagiários e estagiárias, produzindo esta resolução efeitos a partir de sua publicação.
10. Sobre a Recomendação n. 144, de 25 de agosto de 2023, do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, é **INCORRETO** dizer que essa recomendação:
- a) Recomenda aos Tribunais e Conselhos, com exceção do STF, a utilização de linguagem simples, clara e acessível, com o uso, sempre que possível, de elementos visuais que facilitem a compreensão da informação.
 - b) Diz que a utilização de linguagem simples deve prevalecer em todos os atos administrativos

- e judiciais expedidos pelos Juízos, Tribunais e Conselhos.
- c) Afirma que para os atos que veiculam conteúdo essencialmente técnico-jurídico, os Tribunais e Conselhos não poderão construir documento em versão simplificada que facilite a compreensão, sendo seu núcleo normativo sempre documentos expedidos a partir do CNJ.
- d) Que os Tribunais e Conselhos poderão utilizar o código de resposta rápida (QR Code) para fornecer informações complementares relacionadas ao documento, bem como para possibilitar o acesso a formas alternativas de comunicação, como áudios, vídeos legendados e com janela de libras ou outras.
- e) Que, para disseminar e incentivar a implementação do uso da linguagem simples, os Tribunais e Conselhos poderão promover oficinas e desenvolver guias, cartilhas, glossários e modelos que auxiliem a simplificação e a uniformização da identidade visual, com a participação dos laboratórios de inovação e da área de comunicação social.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

11. Determinado dispositivo da Constituição estabelece que “é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer”. A referida norma é classificada como:
- a) Norma de eficácia limitada programática
 - b) Norma de eficácia ilimitada
 - c) Norma de eficácia contida
 - d) Norma de eficácia exaurida
 - e) Norma de eficácia limitada organizatória
12. De acordo com o entendimento firmado pelo Supremo Tribunal Federal nos Temas de Repercussão Geral, a respeito da recusa, por motivos religiosos, à submissão a procedimentos médicos que envolvam transfusão de sangue, assinale a alternativa **CORRETA**:
- a) É legítima a intervenção médica compulsória para realização de transfusão sanguínea, mesmo contra a vontade de pacientes plenamente capazes, se for indispensável à preservação da vida.
 - b) A recusa do paciente à transfusão sanguínea por motivo religioso somente será válida se expressa judicialmente em sede de termo de consentimento formal, com assistência de advogado.
 - c) É vedado ao Sistema Único de Saúde – SUS disponibilizar tratamento alternativo à transfusão de sangue quando houver contraindicação da equipe médica local.
 - d) O paciente maior e capaz pode recusar tratamento médico por razões religiosas, desde que a decisão

seja inequívoca, livre, informada e esclarecida, e, havendo viabilidade técnica, o SUS deverá garantir acesso a métodos alternativos, inclusive fora do domicílio.

- e) O direito à objeção de consciência em matéria de saúde pública é limitado à prestação privada de serviços, não sendo oponível ao sistema público de saúde.

13. Em relação à autonomia dos entes federativos no modelo constitucional brasileiro, assinale a alternativa **CORRETA**.

- a) Apenas a União detém plena autonomia legislativa, enquanto os demais entes são dependentes da legislação federal.
- b) Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios possuem autonomia financeira e legislativa, mas não administrativa.
- c) A Constituição Federal assegura autonomia política, administrativa e financeira à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios.
- d) Os Territórios Federais possuem as mesmas prerrogativas de autonomia dos Estados.
- e) A autonomia federativa está limitada à edição de leis complementares federais que tratem de normas gerais sobre os entes.

14. No que diz respeito às disposições relativas ao Poder Judiciário, nos termos previstos na Constituição Federal, assinale a alternativa **INCORRETA**.

- a) As custas e emolumentos serão destinados às atividades específicas da justiça, entre elas o pagamento de pessoal.
- b) Os tribunais elaborarão suas propostas orçamentárias dentro dos limites estipulados conjuntamente com os demais Poderes na lei de diretrizes orçamentárias.
- c) Durante a execução orçamentária do exercício, não poderá haver a realização de despesas ou a assunção de obrigações que extrapolem os limites estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias, exceto se previamente autorizada, mediante a abertura de créditos suplementares.
- d) A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios aferirão mensalmente, em base anual, o comprometimento de suas respectivas receitas correntes líquidas com o pagamento de precatórios e obrigações de pequeno valor.
- e) Compete ao Supremo Tribunal Federal, precipuamente, a guarda da Constituição, cabendo-lhe processar e julgar, originariamente, o litígio entre Estado estrangeiro ou organismo internacional e a União, o Estado, o Distrito Federal ou o Território.

15. Em relação ao controle de constitucionalidade previsto na Constituição Federal, assinale a alternativa **INCORRETA**.

- a) Somente pelo voto da maioria absoluta de seus membros ou dos membros do respectivo órgão especial poderão os tribunais declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do Poder Público.
- b) O Procurador-Geral da República deverá ser previamente ouvido nas ações de inconstitucionalidade, ocasião em que defenderá o ato ou texto impugnado.
- c) Declarada a inconstitucionalidade por omissão de medida para tornar efetiva norma constitucional, será dada ciência ao Poder competente para a adoção das providências necessárias e, em se tratando de órgão administrativo, para fazê-lo em trinta dias.
- d) Cabe aos Estados a instituição de representação de inconstitucionalidade de leis ou atos normativos estaduais ou municipais em face da Constituição Estadual, vedada a atribuição da legitimação para agir a um único órgão.
- e) As decisões definitivas de mérito, proferidas pelo Supremo Tribunal Federal, nas ações diretas de inconstitucionalidade e nas ações declaratórias de constitucionalidade produzirão eficácia contra todos e efeito vinculante, relativamente aos demais órgãos do Poder Judiciário e à administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal.

16. Assinale a alternativa **CORRETA** segundo a nova redação da Lei n. 8.429/1992 (reforma de 2021).

- a) O ato de improbidade pode ser praticado por culpa leve.
- b) Não é necessário demonstrar dolo para responsabilização.
- c) O enriquecimento ilícito exige demonstração de dolo.
- d) A condenação por improbidade não exige ação judicial.
- e) A responsabilização por improbidade admite presunção de culpa objetiva.

17. Considerando as hipóteses legais de contratação direta na Lei n. 14.133/2021, assinale a alternativa que representa **CORRETAMENTE** uma situação de ineligibilidade de licitação.

- a) Quando, embora existam vários fornecedores, a Administração opte pela contratação direta em razão da notória urgência da demanda.
- b) Quando a contratação envolver valores inferiores aos limites estabelecidos para dispensa em razão do valor, previstos na lei.
- c) Quando houver situação de emergência ou calamidade pública que possa comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços ou bens públicos.
- d) Quando houver inviabilidade de competição, como no caso de contratação de profissional de notória especialização para serviço técnico singular.

- e) Quando o objeto da contratação puder ser segmentado por lotes, com possibilidade de divisão entre diferentes fornecedores habilitados.

18. Considerando os conceitos doutrinários e legais aplicáveis, integram a administração pública indireta:

- a) As entidades dotadas de personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, criadas em virtude de autorização legislativa, para o desenvolvimento de atividades que não exijam execução por órgãos ou entidades de direito público, com autonomia administrativa, patrimônio próprio gerido pelos respectivos órgãos de direção, e funcionamento custeado por recursos da União e de outras fontes.
- b) As entidades dotadas de personalidade jurídica de direito privado, criadas por lei para a exploração de atividade econômica, sob a forma de sociedade anônima, cujas ações com direito a voto pertençam, em sua maioria, à União ou a entidade da Administração Indireta.
- c) Os serviços autônomos, criados por lei, com personalidade jurídica, patrimônio e receita próprios, para executar atividades típicas da Administração Pública, que requeiram, para seu melhor funcionamento, gestão administrativa e financeira descentralizada.
- d) As entidades dotadas de personalidade jurídica de direito privado, com patrimônio próprio e capital exclusivo da União, criadas por lei para a exploração de atividade econômica que o Governo seja levado a exercer por força de contingência ou de conveniência administrativa, podendo revestir-se de qualquer das formas admitidas em direito.
- e) As entidades formadas pela livre associação de pessoas, com uma ideologia em comum, cujas finalidades são assegurar, no interesse do regime democrático, a autenticidade do sistema representativo e defender os direitos humanos fundamentais.

19. A Lei Federal n. 12.846, de 1º de agosto de 2013, conhecida como Lei Anticorrupção, estabelece o regime de responsabilidade objetiva administrativa e civil das pessoas jurídicas pela prática de atos lesivos à administração pública, nacional ou estrangeira, e dispõe sobre os efeitos da sucessão empresarial, a possibilidade de responsabilização de pessoas naturais e os limites da responsabilização societária.

Com base nas disposições da referida norma, assinale a alternativa **INCORRETA**.

- a) As pessoas jurídicas serão responsabilizadas objetivamente, nos âmbitos administrativo e civil, pelos atos lesivos previstos nesta Lei, praticados em seu interesse ou benefício, exclusivo ou não.
- b) A responsabilização da pessoa jurídica não exclui a responsabilidade individual de seus dirigentes ou administradores ou de qualquer pessoa natural,

autora, coautora ou partícipe do ato ilícito.

- c) Os dirigentes ou administradores somente serão responsabilizados por atos ilícitos na medida da sua culpabilidade.
- d) Subsiste a responsabilidade da pessoa jurídica na hipótese de alteração contratual, transformação, incorporação, fusão ou cisão societária.
- e) Nas hipóteses de fusão e incorporação, a responsabilidade da sucessora será irrestrita, alcançando atos e fatos ocorridos antes da data da fusão ou incorporação.

20. Nos termos da Lei Federal n. 8.987, de 13 fevereiro de 1995, que dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos, a tarifa deve ser fixada de forma a garantir o equilíbrio econômico-financeiro do contrato, assegurar a modicidade tarifária ao usuário e respeitar as condições estabelecidas no edital e no contrato. Considerando o estabelecido na norma em questão, assinale a alternativa **INCORRETA**.

- a) A tarifa do serviço público concedido será fixada pelo preço da proposta vencedora da licitação e preservada pelas regras de revisão previstas nesta Lei, no edital e no contrato.
- b) A tarifa não será subordinada à legislação específica anterior e, somente nos casos expressamente previstos em lei, sua cobrança poderá ser condicionada à existência de serviço público alternativo e gratuito para o usuário.
- c) Os contratos não poderão prever mecanismos de revisão das tarifas, a fim de manter-se o equilíbrio econômico-financeiro.
- d) A concessionária deverá divulgar em seu sítio eletrônico, de forma clara e de fácil compreensão pelos usuários, tabela com o valor das tarifas praticadas e a evolução das revisões ou reajustes realizados nos últimos cinco anos.
- e) No atendimento às peculiaridades de cada serviço público, poderá o poder concedente prever, em favor da concessionária, no edital de licitação, a possibilidade de outras fontes provenientes de receitas alternativas, complementares, acessórias ou de projetos associados, com ou sem exclusividade, com vistas a favorecer a modicidade das tarifas, observado o disposto no art. 17, da Lei Federal n. 8.987, de 13 fevereiro de 1995.

21. A respeito da exclusão da sucessão de herdeiros e legatários considere as afirmativas abaixo, e com base nelas, assinale a alternativa **CORRETA**.

I. São excluídos da sucessão os herdeiros ou legatários que houverem sido autores, co-autores ou partícipes de homicídio doloso, ou tentativa deste, contra a pessoa de cuja sucessão se tratar, seu cônjuge, companheiro, ascendente ou descendente.

II. São excluídos da sucessão os herdeiros ou legatários que houverem acusado caluniosamente em juízo

o autor da herança ou incorrerem em crime contra a sua honra, ou de seu cônjuge ou companheiro.

III. São excluídos da sucessão os herdeiros ou legatários que, por violência ou meios fraudulentos, inibirem ou obstarem o autor da herança de dispor livremente de seus bens por ato de última vontade.

IV. O direito de demandar a exclusão do herdeiro ou legatário extingue-se em quatro anos, contados da abertura da sucessão.

- a) A afirmativa correta é apenas a I.
- b) As afirmativas corretas são apenas I e II.
- c) As afirmativas corretas são apenas I, II e III.
- d) Todas as afirmativas são incorretas.
- e) Todas as afirmativas são corretas.

22. À luz do regime jurídico das formas de extinção dos contratos previsto no Código Civil Brasileiro, analise as assertivas abaixo:

I. A resolução contratual pode decorrer tanto do inadimplemento de uma das partes quanto de eventos supervenientes e imprevisíveis que tornem excessivamente onerosa a prestação de uma das partes.

II. A rescisão unilateral é admitida em todos os contratos, desde que a parte interessada notifique a outra com antecedência razoável.

III. A cláusula resolutiva expressa depende de interpeção judicial para produzir efeitos.

IV. A resolução por onerosidade excessiva exige que o contrato seja de execução continuada ou diferida, e que a parte afetada não tenha assumido o risco do evento superveniente.

V. A rescisão bilateral é modalidade de extinção contratual consensual, apta a desfazer o vínculo sem necessidade de motivação legal ou judicial.

Assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) Apenas as assertivas I, IV e V estão corretas.
- b) Apenas as assertivas I, II e III estão corretas.
- c) Apenas as assertivas II, III e V estão corretas.
- d) Apenas as assertivas I e IV estão corretas.
- e) Todas as assertivas estão corretas.

23. À luz da Lei n. 5.478/1968 (Lei de Alimentos) e da jurisprudência do STF e STJ, assinale a alternativa **CORRETA**.

- a) A ação de alimentos deve necessariamente ser proposta por meio de advogado.
- b) O juiz, ao receber a petição inicial da ação de alimentos, fixará alimentos provisórios, desde que requeridos expressamente pela parte autora.
- c) Os alimentos provisórios fixados somente produzem efeitos após o trânsito em julgado da sentença.
- d) A maioria civil do alimentado não exonera

automaticamente o alimentante do dever de prestar alimentos.

- e) Na audiência de conciliação e julgamento, o não comparecimento injustificado do autor implica na necessidade de redesignação do ato.

24. Os fatos jurídicos, previstos em norma de direito, são acontecimentos em razão dos quais nascem, se modificam, subsistem e se extinguem as relações jurídicas. A respeito do tema, assinale a alternativa que contém **ERRO**.

- a) Configura fato jurídico *lato sensu* todo acontecimento natural ou humano que modifique a relação jurídica.
- b) A atuação humana é imprescindível à configuração do fato jurídico em sentido estrito.
- c) No ato-fato jurídico o efeito do ato não é buscado nem imaginado pelo agente, mas decorre de uma conduta e é sancionado pela lei.
- d) Terremotos e enchentes são considerados fatos jurídicos.
- e) O negócio jurídico é uma subespécie de ato jurídico em sentido amplo que, em regra, se perfaz pela composição de vontades dos agentes.

25. De acordo com o Código Civil/2022, a respeito da responsabilidade civil, pode-se afirmar **CORRETAMENTE** que:

- a) A responsabilidade civil é independente da criminal, mas não pode ser promovida contra quem for absolvido pelo juízo criminal, independentemente do fundamento da absolvição.
- b) O incapaz não responde pelos prejuízos que causar, ainda que as pessoas por ele responsáveis não tiverem obrigação de fazê-lo ou não dispuserem de meios suficientes.
- c) Aquele que ressarcir o dano causado por descendente, absoluta ou relativamente incapaz, pode reaver o que houver pago daquele por quem pagou.
- d) O dono, ou detentor, do animal ressarcirá o dano por este causado, se não provar culpa da vítima ou força maior.
- e) O dono de edifício ou construção responde pelos danos que resultarem de sua ruína, objetivamente.

26. A respeito das prerrogativas da Fazenda Pública em Juízo no direito brasileiro, analise os itens:

I. Em razão da Supremacia e da Indisponibilidade do Interesse Público, prevalece o entendimento de que não se aplicam os efeitos materiais da revelia contra a Fazenda Pública. No entanto, a Fazenda Pública está sujeita aos efeitos processuais da revelia.

II. Não se conta em dobro o prazo recursal para a Fazenda Pública em processo objetivo de controle de constitucionalidade.

III. A Fazenda Pública não está obrigada ao recolhimento adiantado das custas processuais no início do processo.

IV. A União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e suas respectivas autarquias e fundações de direito público gozarão de prazo em dobro para todas as suas manifestações processuais, cuja contagem terá início a partir da intimação pessoal. A intimação pessoal far-se-á por carga, remessa ou meio eletrônico. Não se aplica o benefício da contagem em dobro quando a lei estabelecer, de forma expressa, prazo próprio para o ente público.

Aponte a alternativa que indica o(s) item(ns) **CORRETO(S)**.

- a) I e II
- b) I e III
- c) I e IV
- d) II, III e IV
- e) I, II, III e IV

27. Analise os itens abaixo:

I. O cônjuge necessitará do consentimento do outro para propor ação que verse sobre direito real imobiliário, salvo quando casados sob o regime de separação absoluta de bens. Os cônjuges serão necessariamente citados para a ação que verse sobre direito real imobiliário, salvo quando casados sob o regime de separação absoluta de bens; para ação resultante de fato que diga respeito a ambos os cônjuges ou de ato praticado por eles; para ação fundada em dívida contraída por um dos cônjuges a bem da família; e para demanda que tenha por objeto o reconhecimento, a constituição ou a extinção de ônus sobre imóvel de um ou de ambos os cônjuges.

II. Verificada a incapacidade processual ou a irregularidade da representação da parte, o juiz suspenderá o processo e designará prazo razoável para que seja sanado o vício. Descumprida a determinação, caso o processo esteja na instância originária o processo será extinto, se a providência couber ao autor; o réu será considerado revel, se a providência lhe couber; e o terceiro será considerado revel ou excluído do processo, dependendo do polo em que se encontre. Por outro lado, se a determinação for descumprida em fase recursal perante tribunal de justiça, tribunal regional federal ou tribunal superior, o relator não conhecerá do recurso, se a providência couber ao recorrente; e determinará o desentranhamento das contrarrazões, se a providência couber ao recorrido.

III. Deduzir pretensão ou defesa contra texto expresso de lei ou fato incontroverso; alterar a verdade dos fatos; usar do processo para conseguir objetivo ilegal; e opor resistência injustificada ao andamento do processo são alguns exemplos de condutas que configuram litigância de má-fé.

IV. Ao fixar despesas e honorários advocatícios e multa, se cada litigante for, em parte, vencedor e vencido, serão proporcionalmente distribuídas entre eles as despesas. Se um litigante sucumbir em parte mínima do pedido, o outro responderá, por inteiro, pelas despesas e pelos honorários.

Aponte a alternativa que elenca o(s) item(ns) **CORRETO(S)**:

- a) I
- b) II e III
- c) III
- d) I, II, III e IV
- e) II, III e IV

28. Assinale a alternativa INCORRETA.

- a) Em atenção ao princípio da segurança jurídica, os tribunais superiores devem modular os efeitos dos seus julgados quando ocorrer alteração da jurisprudência dominante ou da decorrente de julgamento de casos repetitivos.
- b) Os segundos embargos de declaração estão restritos ao argumento da existência de vícios no acórdão proferido nos primeiros aclaratórios, pois, em virtude da preclusão consumativa, é descabida a discussão acerca da decisão anteriormente embargada.
- c) É cabível a condenação em custas processuais e honorários advocatícios na hipótese de não conhecimento do recurso inominado.
- d) Quando no processo de execução não for localizado o executado ou bens penhoráveis, o juiz suspenderá a execução pelo prazo de 1 (um) ano, durante o qual também se suspenderá a prescrição.
- e) Convindo as partes, o juiz declarará suspensa a execução durante o prazo concedido pelo exequente para que o executado cumpra voluntariamente a obrigação. Findo este prazo sem cumprimento da obrigação, o processo retomará o seu curso.

29. Considere a seguinte assertiva: “nas causas que dispensem a fase instrutória, o juiz, independentemente da citação do réu, julgará liminarmente improcedente o pedido que contrariar enunciado de súmula do Supremo Tribunal Federal ou do Superior Tribunal de Justiça, acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Federal ou pelo Superior Tribunal de Justiça em julgamento de recursos repetitivos, entendimento firmado em incidente de resolução de demandas repetitivas ou de assunção de competência e enunciado de súmula de tribunal de justiça sobre direito local”.

Trata-se de:

- a) Improcedência liminar do pedido
- b) Indeferimento liminar da petição inicial
- c) Julgamento antecipado do mérito
- d) Julgamento parcial do mérito
- e) Incidente de resolução de demanda repetitiva

30. Incidente inovador que pode ser formado em tribunais de apelação, quando o julgamento de recurso, de remessa necessária ou de processo de competência originária envolver relevante questão de direito, com grande repercussão social, sem repetição em múltiplos processos:

- a) Incidente de resolução de demandas repetitivas
- b) Conversão de ação individual em ação coletiva
- c) Incidente de assunção de competência
- d) Incidente de desconsideração de personalidade jurídica
- e) Incidente de revisão de jurisprudência

31. Assinale a alternativa que apresenta **CORRETAMENTE** a diferenciação entre tentativa, desistência voluntária e arrependimento posterior, com base nos exemplos abaixo:

I. Carlos aciona o gatilho de arma de fogo em direção a João, objetivando matá-lo após discussão. A arma, apesar de nova e funcionar habitualmente, falha na ocasião, fazendo com que Carlos, temendo por ser preso, fuja do local.

II. Mariana, ao caminhar na rua, avista uma residência com portão não trancado e decide praticar um crime de furto. Abre o portão, entra na residência e percebe que não há ninguém na sala, avistando televisão, *notebook* e um celular. Antes de subtrair qualquer bem, resolve não prosseguir e decide ir embora.

III. Felipe furta uma bicicleta em via pública. No dia seguinte, antes do recebimento da denúncia, devolve a bicicleta espontaneamente ao proprietário.

Com base nos exemplos e nas disposições dos arts. 14, 15 e 16, do Código Penal, assinale a alternativa **CORRETA**.

- a) No exemplo I, há crime impossível, pois Carlos empregou meio absolutamente ineficaz para a consumação do crime.
- b) No exemplo II, há tentativa de furto, pois Mariana iniciou a execução do crime ao adentrar a residência com “*animus furandi*”, mas ao não dar prosseguimento com a subtração, atrai a incidência do art. 14, II, do Código Penal.
- c) No exemplo III, aplica-se a tentativa, pois o crime não se consumou em razão da devolução do bem, nos termos da teoria da “*amotio*”.
- d) No exemplo II, aplica-se a desistência voluntária, pois Mariana iniciou a execução do crime e, voluntariamente, decidiu não prosseguir, respondendo apenas pelos atos já praticados que eventualmente configurem tipos penais já consumados.
- e) No exemplo III, configura-se arrependimento eficaz, pois Felipe impediu a produção do resultado, excluindo o crime.

32. Acerca dos crimes contra a Administração Pública,

assinale a alternativa **INCORRETA**.

- a) O crime de corrupção passiva consuma-se com a simples solicitação ou aceitação da promessa de vantagem indevida, sendo desnecessária a efetiva obtenção da vantagem ou o recebimento do valor.
- b) A distinção entre concussão e corrupção passiva está no comportamento do agente público: enquanto na primeira há exigência da vantagem, na segunda há solicitação ou aceitação.
- c) A corrupção ativa é crime praticado por particular que oferece ou promete vantagem indevida a funcionário público, consumando-se com o simples oferecimento ou promessa.
- d) Por se tratar de crime próprio, é juridicamente inviável que o particular responda por corrupção passiva, somente permitido o ordenamento por corrupção ativa.
- e) O crime de prevaricação exige, além da prática indevida do ato funcional, o fim especial de satisfazer interesse ou sentimento pessoal, não se configurando pela simples inércia funcional.

33. Considerando o entendimento dos Tribunais Superiores acerca do crime de estupro de vulnerável, analise as proposições abaixo:

I. Relação sexual entre pessoa maior e menor de 14 anos configura, em qualquer hipótese, estupro de vulnerável, sendo irrelevante eventual consentimento da vítima.

II. Contato físico breve com zonas erógenas de criança ou adolescente menor de 14 anos é suficiente para caracterizar o delito de estupro de vulnerável, nos termos da jurisprudência consolidada do STJ.

III. A intensidade do sofrimento psíquico causado à vítima de estupro de vulnerável pode ser considerada circunstância judicial desfavorável na fixação da pena-base.

Assinale a alternativa **CORRETA**.

- a) Apenas a proposição I está correta.
- b) Apenas as proposições I e II estão corretas.
- c) Apenas as proposições II e III estão corretas.
- d) Apenas a proposição II está correta.
- e) Todas as proposições estão corretas.

34. Recentemente, o Supremo Tribunal Federal firmou tese de repercussão geral (Tema 506) no julgamento do Recurso Extraordinário n. 635.659, em que se discutiu a compatibilidade, ou não, do art. 28, da Lei n. 11.343/2006, com os princípios constitucionais da intimidade e da vida privada, à luz do art. 5º, X, da Constituição Federal. De acordo com o referido dispositivo legal (art. 28, da Lei n. 11.343/2006), que tipifica o porte de drogas para consumo pessoal, e a interpretação que lhe foi dada pela Suprema Corte, é **CORRETO** afirmar:

- a) O usuário que trazer consigo drogas para consumo pessoal não comete crime.
- b) Houve a legalização do uso da maconha (*cannabis sativa*).
- c) Quem trazer consigo até 40 gramas de *cannabis sativa* será presumido usuário, tratando-se de presunção absoluta.
- d) A apreensão de quantidades superiores a 40 (quarenta gramas) de maconha impede o juiz de concluir que a conduta é atípica.
- e) O usuário de drogas pode ser condenado à pena de prestação de serviços à comunidade.

35. A doutrina sustenta que a Lei n. 13.869/2019 (Lei de Abuso de Autoridade) foi aprovada pelo Congresso Nacional como uma reação aos abusos e excessos praticados pela Operação Lava Jato. Sobre essa lei, assinale a alternativa **INCORRETA**.

- a) É sujeito ativo do crime de abuso de autoridade qualquer agente público, servidor ou não.
- b) Todos os crimes previstos na Lei de Abuso de Autoridade exigem elemento subjetivo especial do injusto (especial fim de agir ou dolo específico).
- c) A inabilitação para o exercício de cargo é efeito automático da condenação por crime de abuso de autoridade.
- d) A divergência na interpretação de lei ou na avaliação de fatos e provas não configura abuso de autoridade.
- e) Todos os crimes previstos na Lei n. 13.869/2019 são de ação penal pública incondicionada.

36. No ano de 2024, o Supremo Tribunal Federal definiu no Tema de Repercussão Geral n. 506, aspectos referentes ao porte de pequena quantidade de maconha para uso pessoal. De acordo com o definido pelo STF no citado tema de repercussão geral, marque a alternativa **CORRETA**.

- a) Comete infração penal quem adquirir, guardar, tiver em depósito, transportar ou trazer consigo, para consumo pessoal, a substância *cannabis sativa*, sem prejuízo do reconhecimento da ilicitude extrapenal da conduta, com apreensão da droga e aplicação de sanções de advertência sobre os efeitos dela (art. 28, I) e medida educativa de comparecimento a programa ou curso educativo (art. 28, III) da Lei n. 11.343/06.
- b) As sanções estabelecidas nos incisos I e III, do art. 28, da Lei n. 11.343/06 serão aplicadas pelo juiz em procedimento de natureza não penal, sem nenhuma repercussão criminal para a conduta.
- c) O Tema de Repercussão Geral n. 506 não estabeleceu qualquer hipótese de presunção da condição de usuário, devendo, em qualquer caso, haver a devida comprovação da referida condição.
- d) Na hipótese de prisão por quantidades inferiores a 40 gramas de *cannabis sativa* ou seis plantas-fêmeas, deverá a autoridade policial, quando da comunicação da prisão, avaliar as razões invocadas

para o afastamento da presunção de porte para uso próprio.

- e) A apreensão de quantidades superiores a 40 gramas de *cannabis sativa* ou seis plantas-fêmeas, impede o juiz de concluir que a conduta é atípica.

37. No contexto das medidas assecuratórias estabelecidas pelo Código de Processo Penal:

- a) O juiz, vedada sua atuação de ofício, mas a requerimento do Ministério Público ou do ofendido, ou mediante representação da autoridade policial, poderá ordenar o sequestro, em qualquer fase do processo ou ainda antes de oferecida a denúncia ou queixa.
- b) Caberá o sequestro dos bens imóveis, adquiridos pelo indiciado com os proventos da infração, ainda que já tenham sido transferidos a terceiro
- c) É dispensada a inscrição no Registro de Imóveis do sequestro realizado.
- d) A hipoteca legal sobre os imóveis do indiciado poderá ser requerida pelo ofendido em qualquer fase do processo, embora não haja certeza da infração e indícios suficientes da autoria.
- e) As garantias do ressarcimento do dano não alcançarão as despesas processuais.

38. O Acordo de Não Persecução Penal (ANPP) pode ser entendido como negócio jurídico pré-processual entre o Ministério Público e o investigado, com o objetivo, dentre outros, de evitar o processo judicial tradicional, buscando uma resolução mais rápida e eficiente. Acerca do ANPP, assinale a alternativa **INCORRETA**.

- a) Para a homologação do acordo de não persecução penal, será realizada audiência, na qual o juiz deverá verificar a sua voluntariedade.
- b) Homologado judicialmente o acordo de não persecução penal, o juiz devolverá os autos ao Ministério Público para que inicie sua execução perante o juízo de execução penal.
- c) A vítima será intimada da homologação do acordo de não persecução penal e de seu descumprimento.
- d) Descumpridas quaisquer das condições estipuladas no acordo de não persecução penal, o Ministério Público deverá imediatamente oferecer denúncia.
- e) Cumprido integralmente o acordo de não persecução penal, o juízo competente decretará a extinção de punibilidade.

39. O direito à prova, como todo e qualquer direito fundamental está sujeito a limitações porque coexiste com outros direitos igualmente protegidos pelo ordenamento jurídico. Não por outro motivo, dispõe a Constituição Federal que “são inadmissíveis, no processo, as provas obtidas por meios ilícitos” (art. 5º, LVI). Acerca da prova ilegal assinale a única alternativa **INCORRETA**.

- a) Na busca domiciliar sem mandado judicial, o ônus

de comprovar o consentimento do morador para a entrada dos policiais no domicílio é do Estado.

- b) São inadmissíveis as provas derivadas das ilícitas, ainda que não evidenciado o nexo de causalidade entre umas e outras.
- c) A entrada forçada em domicílio sem mandado judicial só é lícita, mesmo em período noturno, quando amparada em fundadas razões, devidamente justificadas *a posteriori*, que indiquem que dentro da casa ocorre situação de flagrante delito.
- d) São inadmissíveis, devendo ser desentranhadas do processo, as provas ilícitas, assim entendidas as obtidas em violação a normas constitucionais ou legais.
- e) São inadmissíveis no processo penal as provas obtidas de celular quando não forem adotados procedimentos para assegurar a idoneidade e a integridade dos dados extraídos.

40. A Lei n. 12.850, de 2 de agosto de 2013, define organização criminosa e dispõe sobre a investigação criminal, os meios de obtenção da prova, infrações penais correlatas e o procedimento criminal. De acordo com a referida lei, serão permitidos, dentre outros, os seguintes meios de obtenção da prova:

- I. Afastamento dos sigilos financeiro, bancário e fiscal.
- II. Cooperação entre instituições e órgãos federais, distritais, estaduais e municipais na busca de provas e informações de interesse da investigação ou da instrução criminal.
- III. Acesso a registros de ligações telefônicas e telemáticas, a dados cadastrais constantes de bancos de dados públicos ou privados e a informações eleitorais ou comerciais
- IV. Interceptação de comunicações telefônicas e telemáticas.

Está **CORRETO** o que se afirma:

- a) Apenas nos itens I e II.
- b) Apenas nos itens II, III e IV.
- c) Apenas no item III.
- d) Apenas nos itens III e IV.
- e) Todos os itens estão corretos.

41. Com base na Constituição Federal de 1988 e nos entendimentos consolidados dos tribunais superiores, assinale a alternativa **CORRETA** sobre as limitações ao poder de tributar.

- a) Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, exigir ou aumentar tributo sem lei que o estabeleça.
- b) A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão instituir taxas, em razão do exercício do poder de polícia ou pela utilização,

efetiva ou potencial, de serviços públicos *uti universi* e indivisíveis, prestados ao contribuinte ou postos a sua disposição.

- c) A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão, dentro de sua capacidade tributária, criar distinção em razão de ocupação profissional ou função exercida pelos sujeitos passivos, independentemente da denominação jurídica dos rendimentos, títulos ou direitos.
- d) O IPTU – Imposto Predial Territorial Urbano, por sua característica progressiva prevista na Constituição Federal, poderá ter efeito confiscatório.
- e) O pedágio cobrado por empresa privada concessionária de rodovia é um exemplo de tributo com permissão constitucional para estabelecer limitações ao tráfego de pessoas ou bens, por meio de tributos interestaduais ou intermunicipais.

42. Joaquim, residente de Cajueiro da Praia - PI, adquiriu um automóvel Land Rover Defender novo em uma concessionária localizada na cidade em Fortaleza – CE. O licenciamento e registro foi realizado em Teresina – PI. Conforme as regras sobre a competência tributária e os impostos incidentes na hipótese, assinale a afirmativa **CORRETA**.

- a) O IPVA é de competência do Estado do Ceará, onde ocorreu a aquisição.
- b) A Constituição atribui aos Municípios a competência para instituir o IPVA, cabendo ao Piauí apenas arrecadar.
- c) Por se tratar de operação interestadual, nenhum Estado poderá cobrar IPVA, sob pena de bitributação.
- d) O IPVA é de competência estadual e deve ser recolhido ao Estado do Piauí.
- e) O IPVA é de competência dos municípios e, por isso, o município de Fortaleza - CE é ente responsável pela arrecadação do imposto.

43. Sobre as imunidades e isenções tributárias assinale a alternativa **CORRETA**.

- a) A isenção tributária é uma forma de exclusão do crédito tributário independente de lei que especifique condições e requisitos para sua concessão.
- b) A isenção tributária dispensa o cumprimento das obrigações acessórias dependentes da obrigação principal cujo crédito seja excluído.
- c) A isenção tributária é a qualidade da situação que não pode ser atingida pelo tributo, em razão de norma constitucional que, à vista de alguma especificidade pessoal ou material dessa situação, deixou-a fora do campo de elementos sobre os quais é autorizada a instituição do tributo.
- d) As isenções tributárias onerosas e concedidas por prazo certo geram direito adquirido à sua fruição pelo beneficiário, no prazo em que for estipulado, desde que ele cumpra as condições previstas na lei.
- e) A diferença entre a imunidade e a isenção está no

fato de que a última atua no plano da definição da competência, e a primeira opera no plano do exercício da competência.

44. No tocante à responsabilidade tributária por sucessão, nos termos do Código Tributário Nacional, assinale a afirmativa **CORRETA**.

- a) O adquirente de estabelecimento comercial responde apenas pelos tributos declarados e inscritos em dívida ativa.
- b) A responsabilidade do adquirente é solidária com o alienante, independentemente da cessação ou continuidade da atividade.
- c) O adquirente responde integralmente pelos tributos do estabelecimento, ainda que o alienante continue exercendo a mesma atividade.
- d) O adquirente responde integralmente pelos tributos devidos até a data da aquisição se o alienante cessar a exploração da atividade.
- e) A responsabilidade do adquirente somente se configura se ele tiver anuído expressamente com a existência dos débitos.

45. A Constituição Federal veda a utilização de tributo com efeito de confisco. Essa vedação:

- a) Aplica-se apenas aos tributos diretos incidentes sobre renda e propriedade.
- b) Possui natureza principiológica, sendo insuscetível de controle judicial.
- c) Permite majoração ilimitada de multas tributárias em caso de infração.
- d) Opera como limite material ao poder de tributar, com controle judicial possível.
- e) É inaplicável às contribuições sociais previstas no art. 195, da CF.

46. Joana comprou um *notebook* anunciado como tendo "bateria com duração de 10 horas contínuas". No entanto, ao usar o produto, a bateria durava no máximo 4 horas, mesmo com uso básico.

Assinale a alternativa **CORRETA**.

- a) Joana não pode reclamar, pois a duração da bateria é estimada.
- b) Joana deve provar que o anúncio prometia exatamente 10 horas.
- c) A oferta vincula o fornecedor, e o consumidor pode exigir o cumprimento do que foi anunciado.
- d) O anúncio é considerado mera propaganda e não gera obrigação.
- e) O fornecedor pode alterar as condições da oferta unilateralmente.

47. Um contrato de prestação de serviços educacionais continha cláusula que excluía a responsabilidade da instituição por danos causados por seus funcionários aos alunos.

Assinale a alternativa **CORRETA**.

- a) A cláusula é válida, pois protege o fornecedor.
- b) A responsabilidade do fornecedor pode ser excluída em contrato.
- c) O contrato prevalece sobre o CDC.
- d) A cláusula é nula, pois retira direito do consumidor.
- e) O consumidor não pode discutir cláusulas contratuais.

48. Um grupo de consumidores prejudicados por um mesmo plano de saúde busca reparação coletiva em juízo. A sentença é procedente, mas um dos consumidores prejudicados não participou do processo.

Assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) A sentença só atinge quem participou da ação.
- b) O consumidor ausente deve ajuizar nova ação.
- c) A sentença coletiva pode beneficiar os consumidores ausentes.
- d) A sentença coletiva não tem valor jurídico individual.
- e) O consumidor prejudicado não tem mais direito à reparação.

49. Carla comprou uma máquina de lavar roupas em uma grande rede varejista, e o produto foi entregue em sua casa dois dias depois. Ao desembalar o equipamento para instalação, ainda na embalagem original, percebeu que o painel de controle estava trincado. Conforme prevê o Código de Defesa do Consumidor, o direito de reclamar por esse tipo de defeito aparente caduca em:

- a) Noventa dias, a partir do momento em que ficar evidenciado o vício.
- b) Trinta dias, a partir do momento em que ficar evidenciado o defeito.
- c) Cinco anos, desde o momento em que ficar evidenciado o vício.
- d) Trinta dias, a contar da entrega efetiva da máquina.
- e) Noventa dias, a partir da entrega efetiva do produto.

50. Acerca da Desconsideração da Personalidade Jurídica prevista no Código de Defesa do Consumidor, assinale a alternativa **INCORRETA**.

- a) As sociedades coligadas responderão por culpa e dolo.
- b) As sociedades consorciadas são solidariamente responsáveis pelas obrigações decorrentes deste código.
- c) As sociedades integrantes dos grupos societários e as sociedades controladas, são subsidiariamente responsáveis pelas obrigações decorrentes deste código.
- d) Também poderá ser desconsiderada a pessoa jurídica sempre que sua personalidade for, de

alguma forma, obstáculo ao ressarcimento de prejuízos causados aos consumidores.

- e) O juiz poderá desconsiderar a personalidade jurídica da sociedade quando, em detrimento do consumidor, houver abuso de direito, excesso de poder, infração da lei, fato ou ato ilícito ou violação dos estatutos ou contrato social.

51. Assinale a alternativa **CORRETA** com base na Lei n. 11.788, de 25 de setembro de 2008, que dispõe sobre o estágio de estudantes.

- a) A jornada de atividade em estágio não pode ultrapassar 4 (quatro) horas diárias e 20 (vinte) horas semanais, no caso de estudantes de educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional de educação de jovens e adultos, e 6 (seis) horas diárias e 30 (trinta) horas semanais, no caso de estudantes do ensino superior, da educação profissional de nível médio e do ensino médio regular.
- b) A jornada de atividade em estágio não pode ultrapassar 6 (seis) horas diárias e 30 (trinta) horas semanais, no caso de estudantes de educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional de educação de jovens e adultos, e 8 (oito) horas diárias e 40 (quarenta) horas semanais, no caso de estudantes do ensino superior, da educação profissional de nível médio e do ensino médio regular.
- c) A manutenção de estagiários em desconformidade com Lei n. 11.788, de 25 de setembro de 2008, não caracteriza vínculo de emprego do educando com a parte concedente do estágio para todos os fins da legislação trabalhista e previdenciária.
- d) Fica assegurado às pessoas portadoras de deficiência o percentual de 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas pela parte concedente do estágio.
- e) A duração do estágio, na mesma parte concedente, não poderá, em nenhuma hipótese, exceder 2 (dois) anos.

52. Maria denunciou seu ex-companheiro por ameaças reiteradas, mesmo após o término da união estável ocorrida há seis meses. O agressor costuma enviar mensagens e aparecer perto do seu trabalho à noite. A autoridade policial entendeu que, por não haver mais convivência, não se aplicaria a Lei Maria da Penha. Com base na Lei n. 11.340/2006, assinale a alternativa **CORRETA**.

- a) A Lei Maria da Penha só se aplica enquanto perdurar o vínculo conjugal entre as partes.
- b) A Lei Maria da Penha se aplica independentemente de convivência atual, desde que presente o contexto de violência baseada no gênero.
- c) A aplicação da Lei Maria da Penha exige que a mulher tenha medidas protetivas já deferidas anteriormente.
- d) A autoridade policial não pode requerer medidas

protetivas de urgência antes da manifestação do juiz.

- e) O juiz não pode impor medidas de afastamento se a mulher não apresentar lesões físicas visíveis.

53. Sobre a medida socioeducativa de internação, estabelecida no art. 121, da Lei n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), assinale a alternativa **CORRETA**.

- a) Pode ultrapassar 3 anos se houver reincidência.
- b) Em nenhuma hipótese o período máximo de internação excederá a três anos.
- c) É aplicada automaticamente em caso de ato infracional via *internet*.
- d) Não exige periodicidade de avaliação durante o cumprimento.
- e) Substituível por liberdade assistida a critério do Conselho Tutelar.

54. Constitui(em) crime(s) descrito(s) no Estatuto da Pessoa Idosa, **EXCETO**:

- a) Recusar, retardar ou dificultar atendimento ou deixar de prestar assistência à saúde, sem justa causa, a pessoa idosa.
- b) Negar a alguém, por motivo de idade, emprego ou trabalho.
- c) Abandonar a pessoa idosa em hospitais, casas de saúde, entidades de longa permanência, ou congêneres, ou não prover suas necessidades básicas, quando obrigado por equipe de saúde.
- d) Deixar de cumprir, retardar ou frustrar, sem justo motivo, a execução de ordem judicial expedida na ação civil a que alude esta lei.
- e) Deixar de cumprir, retardar ou frustrar, sem justo motivo, a execução de ordem judicial expedida nas ações em que for parte ou interveniente a pessoa idosa.

55. De acordo com a Lei n. 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados), o tratamento de dados pessoais sensíveis somente poderá ocorrer, sem fornecimento de consentimento do titular, nas hipóteses em que for indispensável para:

- a) Cumprimento de obrigação legal ou regulatória pelo controlador.
- b) Tratamento compartilhado de dados necessários à execução, pela administração pública, de políticas públicas previstas em leis ou regulamentos.
- c) Realização de estudos por órgão de pesquisa, garantida, sempre que possível, a anonimização dos dados pessoais sensíveis.
- d) Garantia da prevenção à fraude e à segurança do titular, nos processos de identificação e autenticação de cadastro em sistemas eletrônicos, resguardados os direitos mencionados no art. 9º desta lei e exceto no caso de prevalecerem direitos e liberdades fundamentais do titular que exijam a proteção dos dados pessoais.

- e) Todas as alternativas acima corretas.
- 56.** Acerca da disciplina regimental dos conflitos de jurisdição, competência e atribuições, conforme o Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, assinale a alternativa **CORRETA**.
- a) Conforme o Regimento Interno do TJPI, há conflito de competência quando dois juízes se declaram competentes, quando ambos se consideram incompetentes, ou quando há divergência sobre a reunião ou separação de processos.
 - b) O juiz que não acolher a competência declinada deverá remeter os autos à Corregedoria, cabendo a esta suscitar o conflito perante o Tribunal.
 - c) O conflito de competência poderá ser suscitado por qualquer das partes ou pelo Ministério Público, sendo vedado ao magistrado provocar sua instauração.
 - d) No conflito de competência negativo, o Relator poderá determinar o sobrestamento do processo, competindo-lhe, se necessário, adotar diretamente as medidas de urgência.
 - e) A parte que arguiu a incompetência relativa no processo poderá, posteriormente, suscitar conflito de competência, caso não acolhida sua manifestação pelo juízo.
- 57.** Com base nas regras atuais do Regimento Interno do TJPI sobre a substituição de desembargadores e a convocação de juízes de primeiro grau, assinale a alternativa **CORRETA**.
- a) É vedada a convocação de juiz de primeiro grau para atuar como suplente em órgão fracionário do Tribunal quando o afastamento do desembargador para tratamento de saúde ocorrer por período inferior a 30 dias.
 - b) Durante o período de substituição, as minutas deverão ser elaboradas pela assessoria do desembargador substituto.
 - c) Para fins de substituição entre desembargadores, considera-se mais antigo aquele que tiver sido nomeado primeiro, e, em caso de nomeação na mesma data, o mais idoso.
 - d) Juízes de primeiro grau que exercem funções administrativas ou eleitorais poderão ser convocados, desde que haja autorização da Corregedoria-Geral da Justiça.
 - e) Os feitos em poder do desembargador afastado por período superior a 15 dias serão redistribuídos automaticamente aos demais membros do colegiado, mediante oportuna compensação.
- 58.** Acerca do julgamento de processos em ambiente eletrônico no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí (Plenário Virtual), assinale a alternativa **CORRETA**, de acordo com a disciplina atualmente vigente no Regimento Interno do TJPI.
- a) O prazo para manifestação dos desembargadores

após o início da sessão virtual é de 5 dias corridos, contados da abertura da sessão.

- b) A sustentação oral deve ser apresentada exclusivamente por meio de vídeo gravado, até 24 horas antes do início da sessão, sendo vedada sua disponibilização por meio de petição eletrônica no sistema PJe.
 - c) O voto do desembargador que não se manifestar no prazo regimental será computado como “acompanha o relator”, inclusive para fins de composição de quórum de julgamento.
 - d) Os processos em que houver pedido de vista em sessão virtual somente poderão ter o julgamento retomado em sessão presencial.
 - e) O julgamento eletrônico será realizado por meio do Plenário Virtual, com início às sextas-feiras, sendo exigido que o relator disponibilize relatório, voto e ementa no sistema PJe até a data de abertura da sessão.
- 59.** Considerando as disposições da Lei Complementar n. 13/1994, que institui o regime jurídico dos Servidores Públicos Civis do Estado do Piauí, analise as afirmativas a seguir e assinale a resposta **CORRETA**.
- a) A nacionalidade brasileira é um requisito básico para a investidura em cargo público, sendo permitido o provimento de cargos por estrangeiros somente em instituições de pesquisa científica e tecnológica estaduais.
 - b) O estágio probatório do servidor, com duração de três anos, não permite a readaptação, mas possibilita promoção ou progressão na carreira, desde que o servidor apresente desempenho satisfatório em avaliação.
 - c) A cessão ou disposição de servidor para ter exercício em outro órgão ou entidade dos Poderes da União, do Estado e dos Municípios do Piauí ocorre por ato do Governador do Estado ou chefe de Poder, sendo o ônus remuneratório sempre do órgão ou entidade cessionária, sem exceções.
 - d) Quatro meses antes do término do período do estágio probatório, a avaliação do desempenho do servidor deve ser submetida à homologação da autoridade competente, e o servidor não aprovado será exonerado ou, se estável, reconduzido ao cargo anteriormente ocupado.
 - e) A aferição de títulos em concurso público para fins de efetivação e provimento de cargos de carreiras jurídicas tem sua pontuação máxima fixada em 10% do valor total da prova discursiva, conforme a legislação vigente.
- 60.** A Lei Complementar n. 266/2022, que dispõe sobre a Organização, Divisão e Administração do Poder Judiciário do Estado do Piauí, estabelece a composição e as competências de seus órgãos. Sobre a estrutura e as atribuições do Tribunal de Justiça e de suas Corregedorias, assinale a alternativa **CORRETA**.
- a) O Tribunal de Justiça, órgão de cúpula do Poder

Judiciário Estadual, compõe-se de 22 (vinte e dois) Desembargadores e possui autonomia para alterar a competência de seus órgãos judiciários mediante resolução, inclusive determinando a redistribuição de feitos, sempre que necessário para racionalizar a adequada prestação jurisdicional e sem aumento de despesa.

- b) O Conselho da Magistratura, órgão de orientação, disciplina e fiscalização do Poder Judiciário Estadual, é composto pelo Presidente, Vice-Presidente, Corregedor-Geral da Justiça, Corregedor do Foro Extrajudicial, Diretor da EJUD e pelos dois desembargadores mais recentes.
- c) A Corregedoria-Geral da Justiça, órgão de orientação, fiscalização e disciplina da Justiça Estadual de primeiro grau, é exercida por um desembargador eleito e possui 2 (dois) juízes auxiliares convocados, os quais não poderão se afastar da jurisdição de suas respectivas unidades.
- d) A Corregedoria do Foro Extrajudicial tem competência exclusiva para designar e cassar a interinidade para as serventias extrajudiciais declaradas vagas, sendo sua substituição em faltas e impedimentos realizada primariamente pelo decano do Tribunal.
- e) Em matéria administrativa, compete ao Tribunal de Justiça, dentre outras atribuições, organizar suas secretarias e serviços auxiliares e os dos juízos que lhes forem vinculados, bem como aprovar a indicação dos juízes para fins de auxílio à Presidência, Vice-Presidência e Corregedoria-Geral da Justiça, exceto Corregedoria do Foro Extrajudicial.

QUESTÕES DISCURSIVAS

Nesta prova, faça o que se pede, usando, caso deseje, o espaço para rascunho indicado no presente caderno. Em seguida, transcreva o texto para a FOLHA DE TEXTO DEFINITIVO DA PROVA DISCURSIVA, no local apropriado, pois não será avaliado fragmento de texto escrito em local indevido.

Qualquer fragmento de texto além da extensão máxima de linhas disponibilizadas será desconsiderado.

Na Folha de Texto Definitivo, a presença de qualquer marca identificadora no espaço destinado à transcrição do texto definitivo acarretará a anulação da sua prova discursiva, não permitido, inclusive, pular linha entre as respostas aos itens das questões.

O(A) candidato(a) deverá levar em consideração na elaboração das respostas às questões discursivas, além de outros critérios definidos em edital, as seguintes observações:

- texto dissertativo / argumentativo desenvolvido em no mínimo de 15 linha e máximo de 30 linhas;
- compreensão / conhecimento do conteúdo proposto e propriedade da resposta;
- argumentação apropriada relevante e suficiente em relação à questão proposta;
- fundamentação legal da resposta;
- coesão textual e encadeamento de ideias;
- correção gramatical.

As folhas **15 e 16** deste caderno, são destinada apenas a rascunho das respostas às questões discursivas, não tendo valor para avaliação, a qual será feita nas folhas de resposta definitivas, que serão entregues a cada candidato(a) em sala de prova e que deverão ser **devolvidas** juntamente com o cartão de respostas ao fiscal de sala.

QUESTÕES DISCURSIVAS

QUESTÃO 1 - DIREITO PROCESSUAL PENAL

Bernadete foi presa em flagrante pela suposta prática do crime de furto de diversos bens no interior de uma loja, passando a responder ao processo sob prisão preventiva. Durante a audiência de custódia, constatou-se que a autuada possui condenação anterior a 8 meses de detenção pelo crime de difamação, com cumprimento de pena em regime aberto.

Na entrevista, Bernadete informou ser mãe de uma criança, S.P.C., de 5 anos de idade, que permanece sob os cuidados de sua mãe, Solineuza, idosa de 80 anos.

Ao final da audiência, o magistrado converteu a prisão em flagrante em prisão preventiva.

Considerando as circunstâncias do caso, questiona-se: a decretação da prisão preventiva foi adequada? Com base no Código de Processo Penal, qual seria a medida cautelar mais adequada à situação apresentada?

01 _____

02 _____

03 _____

04 _____

05 _____

06 _____

07 _____

08 _____

09 _____

10 _____

11 _____

12 _____

13 _____

14 _____

15 _____

16 _____

17 _____

18 _____

19 _____

20 _____

21 _____

22 _____

23 _____

24 _____

25 _____

26 _____

27 _____

28 _____

29 _____

30 _____

QUESTÕES DISCURSIVAS

QUESTÃO 2 - DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Tito Lívio ingressa com ação de nulidade contratual, cumulada com indenização por danos morais, contra uma instituição bancária. Para tanto, escolhe o domicílio da filial da empresa ré, local onde contraiu a obrigação, como foro para propor sua demanda. O juiz, ao analisar o processo, decide declinar da competência, por entender que Tito Lívio deveria propor a ação no foro de seu domicílio ou no do local da sede da empresa, e não no foro onde se acha a filial da instituição bancária.

Em relação à situação descrita, elabore um texto dissertativo-argumentativo explicando qual recurso Tito Lívio deve interpor junto ao 2º grau para tentar modificar a decisão do juiz de 1ª grau, expondo os fundamentos jurídicos que justifiquem a manutenção da tramitação do processo no foro inicialmente escolhido pelo autor.

01 _____

02 _____

03 _____

04 _____

05 _____

06 _____

07 _____

08 _____

09 _____

10 _____

11 _____

12 _____

13 _____

14 _____

15 _____

16 _____

17 _____

18 _____

19 _____

20 _____

21 _____

22 _____

23 _____

24 _____

25 _____

26 _____

27 _____

28 _____

29 _____

30 _____